

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI nº 05/2.017

RELATÓRIO:

Os Exmos. Srs. Presidentes das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Natércia-MG, formulam a este órgão de Assessoria Jurídica a seguinte consulta:

O projeto de Lei nº 05/2.017 está em conformidade com as normas legais e constitucionais vigentes?

À presente consulta, respondo nos termos que segue:

PARECER:

Cuida-se de Projeto de Lei que altera a Lei Municipal nº 1206, de 27 de dezembro de 2.013 (Lei do Plano Plurianual) que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2.014 a 2.017, altera a Lei Municipal de Diretrizes Orçamentária vigente e autoriza a abertura de crédito especial na LOA, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para aquisição de equipamentos/ veículos – CMAGRI, as quais serão vinculadas ao programa 0008 – Desenvolvimento do Meio Rural e Preservação do Meio Ambiente.

No que tange à técnica legislativa, não há reparos a realizar quanto à redação de sua articulação legal.

Quanto à legalidade e constitucionalidade, a matéria não se insere no rol daquelas destinadas a serem veiculadas por meio de lei complementar, devendo seguir o rito ordinário.

Vale destacar que compete à Câmara Municipal a autorização para abertura de crédito especial, conforme dispõe o



EM BRANCO

artigo 34, inciso III da Lei Orgânica do Município de Natércia
senão vejamos:

Art. 34 – Compete à Câmara Municipal com a
sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da
competência do Município e especialmente:

III – Votar o orçamento anual e o plurianual de
investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos
suplementares e especiais.

Assim, o órgão de assessoria jurídica opina pela sua
constitucionalidade e legalidade, devendo o presente projeto de
lei ser remetido à apreciação do plenário.

É o parecer s. m. j.

Natércia, 24 de março de 2.017.


Cristiano Wilson Mendes Caetano
Assessor Jurídico
OAB/MG nº 47.600

EM BRANCO